



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRO ALTO

Rua Miguel Marques de Almeida, 139 (74) 3629-1129/1114

CNPJ: 13.234.349/0001-30 - CEP: 44.895-000 - Barro Alto-Ba.

E-mail: prefeitura@barroalto.ba.gov.br | website: www.barroalto.ba.gov.br

1.1 PRIMEIRO TERMO ADITIVO, DE REDUÇÃO TEMPORÁRIA DE VALOR MENSAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 021406/21, REFERENTE A Prestação de serviços na Assessoria de Planejamento e elaboração dos instrumentos de Gestão em Saúde (Plano Municipal de Saúde), no Município de Barro Alto-BA.

1.2 DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES

1.1 CONTRATANTE

O MUNICÍPIO DE BARRO ALTO/BA, pessoa jurídica de direito público interno, cadastrada junto ao CNPJ/MF sob o nº 13.234.349/0001-30, com sede administrativa na Rua Miguel Marques de Almeida, nº 139, Barro Alto, Bahia, representado neste ato pelo seu gestor municipal, Sr. **ORLANDO AMORIM DOS SANTOS**, brasileiro, divorciado, agricultor, portador do CPF nº 426.776.885-49 e Cédula de Identidade nº 03600837 SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de Barro Alto – Bahia.

1.2 CONTRATADA

ÉRICA CARLA OLIVEIRA PACHECO, pessoa física, cadastrada junto ao CPF sob nº. 006.595.525-07, situada na Rua Bahia, 102 – Centro – Mulungu do Morro – Bahia – CEP: 44.885-000.

FUNDAMENTO LEGAL

Art. 65, Inciso II, § 2º, inciso II, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de combinado com art. 169, § 3º, inciso I, da Constituição Federal, artigo 23, §1º, da Lei Complementar nº 101/2000 e Decreto Municipal nº 169/2021, de 30 de Julho de 2021.

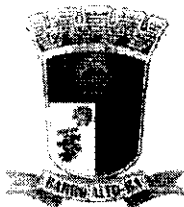
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Conforme autorizado pelo art. 169, § 3º, Inciso I, da Constituição Federal, combinado com o Art. 23, § 1º, da Lei Complementar nº 101 de 2000, **O presente Aditivo Contratual tem por objetivo a redução em 20% (vinte por cento) no valor da parcela mensal, correspondente ao período de agosto, setembro e outubro de 2021, do CONTRATO Nº 021406/21, firmado em 14/06/2021,** conforme determinado pelo Decreto Municipal nº 169/2021, de 30 de Julho de 2021, que estabelece medidas para a gestão das despesas e controle dos gastos de pessoal e de custeio, no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Municipal, na forma que indica, mantendo-se inalteradas as demais cláusulas de contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO

A Cláusula Terceira do contrato original passa a ser acrescida do Inciso “II”, com a seguinte redação:

“II. Por força do Decreto Municipal nº 169/2021, de 30 de Julho de 2021, o valor mensal, objeto do presente contrato, nos meses de agosto, setembro e outubro do



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRO ALTO

Rua Miguel Marques de Almeida, 139 (74) 3629-1129/1114

CNPJ: 13.234.349/0001-30 - CEP: 44.895-000 - Barro Alto-Ba.

E-mail: prefeitura@barroalto.ba.gov.br | website: www.barroalto.ba.gov.br

corrente ano, passará de R\$ 2.660,00 (Dois mil seiscentos e sessenta reais) para R\$ 2.128,00 (Dois mil cento e vinte e oito reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas de forma inalterada as demais cláusulas e condições contidas do contrato original.

Por estarem justas e combinadas, as partes firmam o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas presenciais para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, com a assistência da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Barro Alto/BA.

Barro Alto/BA, 01 de agosto de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRO ALTO
ORLANDO AMORIM SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

ÉRICA CARLA OLIVEIRA PACHECO
CPF: 006.595.525-07
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1
CPF: 01882711556

2
CPF: 261.406.018-60



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRO ALTO
Rua Miguel Marques de Almeida, 139 (74) 3629-1129/1114
CNPJ: 13.234.349/0001-30 - CEP: 44.895-000 - Barro Alto-Ba.
E-mail: prefeitura@barroalto.ba.gov.br | website: www.barroalto.ba.gov.br

PARECER JURÍDICO

Aditivo ao Contrato nº - CONTRATO Nº 021406/21

Contratado: ÉRICA CARLA OLIVEIRA PACHECO

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. SUPRESSÃO DE VALORES. LEI Nº 8.666/93. REQUISITOS JURÍDICOS FORMAIS DO PROCEDIMENTO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA. PARECER OPINANDO PELA POSSIBILIDADE DO ADITAMENTO

Relatório

Para exame e parecer desta Consultoria, a minuta do Termo Aditivo do Contrato nº 020501/2021.

Insta demonstrar que trata de solicitação para supressão de 20% no valor da parcela mensal, p/ o período de agosto a outubro de 2021, conforme **DECRETO MUNICIPAL Nº 169, DE 30 DE JULHO DE 2021**, que estabelece medidas para a gestão das despesas e controle dos gastos de pessoal e de custeio, no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Municipal, na forma que indica, mantendo-se inalteradas as demais cláusulas do contrato original., permanecendo inalteradas as demais cláusulas do contrato.

Deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz da legislação, incumbe, a esta assessoria, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito do **Município de Barro Alto**, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

A matéria é trazida à apreciação jurídica com amparo no art. 38, inc. VI, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Eis o relatório, passo a opinar.

Preliminarmente, cumpre esclarecer que a presente manifestação limitar-se-á à dúvida estritamente jurídica "in abstrato", ora proposta e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico financeiros



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRO ALTO
Rua Miguel Marques de Almeida, 139 (74) 3629-1129/1114
CNPJ: 13.234.349/0001-30 - CEP: 44.895-000 - Barro Alto-Ba.
E-mail: prefeitura@barroalto.ba.gov.br | website: www.barroalto.ba.gov.br

e quanto à outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração.

A emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando a competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria-Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

“O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.”

Portanto, passa-se à análise dos aspectos relacionados às orientações jurídicas ora perquiridas.

Em matéria de alterações contratuais, o entendimento doutrinário é no sentido de que os contratos administrativos podem ser alterados unilateral ou bilateralmente. A alteração unilateral ocorrerá – por força da prerrogativa da Administração, que atua com supremacia, excepcionando a norma fundamental da imutabilidade dos contratos – quando for necessária a modificação do valor pactuado em razão do acréscimo ou diminuição quantitativa do seu objeto, nos limites permitidos pela lei, em sintonia com a ordem do inciso I do art. 58 da Lei nº 8.666/93.

Interpretando de forma conjunta a alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666/93 com o § 1º do mesmo artigo, tem-se que os seguintes elementos conformam o núcleo da hipótese normativa da alteração unilateral quantitativa: a) modificação do valor contratual, decorrente do acréscimo ou supressão do quantitativo do objeto; b) limite máximo de 25% do valor inicial atualizado do contrato, no caso de acréscimo ou supressão de serviços, mantidas as demais condições do contrato; c) superveniência de motivo justificador da alteração contratual, evidenciado pela Administração.

Destacamos aqui, o entendimento da Egrégia Corte de Contas Federal, na decisão na Decisão nº 215/99, relatada pelo então Ministro José Antônio Barreto de Macedo, conforme abaixo:

“O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE: 8.1. com fundamento no art. 1º, inciso XVII, § 2º da Lei no 8.443/92, e no art. 216, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, responder à Consulta formulada pelo ex-Ministro de Estado de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Gustavo Krause



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRO ALTO
Rua Miguel Marques de Almeida, 139 (74) 3629-1129/1114
CNPJ: 13.234.349/0001-30 - CEP: 44.895-000 - Barro Alto-Ba.
E-mail: prefeitura@barroalto.ba.gov.br | website: www.barroalto.ba.gov.br

Gonçalves Sobrinho, nos seguintes termos: a) tanto as alterações contratuais quantitativas - que modificam a dimensão do objeto - quanto as unilaterais qualitativas - que mantêm intangível o objeto, em natureza e em dimensão, estão sujeitas aos limites preestabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, em face do respeito aos direitos do contratado prescrito no art. 58, I, da mesma Lei, do princípio da proporcionalidade e da necessidade de esses limites serem obrigatoriamente fixados em lei; (...)"

Por derradeiro, com relação ao termo aditivo, trazido à colação para análise, considera-se que o mesmo reúne os elementos essenciais exigidos pela legislação aplicável à espécie. Sendo assim, opinamos pela possibilidade de realização do Termo Aditivo perquirido, ressaltando a necessidade de apresentação de justificativa técnica pelo setor responsável nos termos do artigo 65, II, b e § 1º da Lei 8.666 de 1993.

A redução tem como motivo o Decreto Municipal nº 169 de 30 de julho de 2021 que estabeleceu medidas para a gestão das despesas e controle dos gastos de pessoal e de custeio, no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Municipal, na forma que indica, mantendo-se inalteradas as demais cláusulas do contrato original., permanecendo inalteradas as demais cláusulas do contrato.

Cumprе salientar que esta consultoria jurídica emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e a oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, além disso, este parecer possui caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão do gestor.

Ex positis, com fulcro nas disposições normativas pertinentes, esta consultoria manifesta-se favorável a elaboração do Termo Aditivo almejado por esta municipalidade, uma vez que se encontra em conformidade com o ordenamento jurídico, notadamente com a Lei nº 8.666/1993 e demais instrumentos legais citados, condicionada à apresentação de justificativa técnica do setor competente.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Barro Alto, Bahia, 02 de agosto de 2021.

Alex Vinicius Nunes Novaes
Machado

Assinado de forma digital por Alex Vinicius Nunes
Novaes Machado
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2021.007.20099

ALEX VINICIUS NUNES NOVAES MACHADO
ADVOGADO OAB/BA 18068



PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU DO MORRO
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS
RUA FERNANDES DA SILVA SANTOS S/N - CENTRO
MULUNGU DO MORRO - BA - CEP: 46860-000
FONE(S): (74) 3501-1130 (74) 3543-1230 CNP/M: 16.465.855/0001-21

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº 000075/2021

Nome/Razão Social **ERICA CARLA OLIVEIRA PACHECO**
Nome Fantasia:
Código Contribuinte **641941** CPF/CNPJ **006.596.525/07**
Endereço **RUA BAHIA, 102 CASA**

RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS POSTERIORMENTE. É CERTIFICADO QUE, ATÉ A PRESENTE DATA, NÃO CONSTAM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DO CONTRIBUINTE ACIMA CITADO PARA COM ESTE MUNICÍPIO.

Observação

Esta Certidão foi emitida em 09/06/2021 com base no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/55)

Certidão válida até: **08/08/2021**

Código de controle da certidão: **6100014783**



ORIGINAL

Atenção: Qualquer rasura tornará o presente documento nulo

Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.896 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20212312887

NOME	
ERICA CARLA OLIVEIRA PACHECO	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CPF
	006.595.525-07

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade de pessoas físicas ou jurídicas acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Divisão Ativa de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 09/06/2021, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS PODE SER COMPROVADA NAS INSPETÓRIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>

Válida com a apresentação conjunta do certidão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria de Receita Federal do Ministério da Fazenda.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ERICA CARLA OLIVEIRA PACHECO
CPF: 006.596.525-07

Reservado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação de regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:25:03 do dia 10/06/2021 <hora e data de Brasília>.

Valida até 07/12/2021

Código de controle da certidão: 1DCC.921F.ED63.DD69

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ERICA CARLA OLIVEIRA PACHECO

CPF: 006.595.525-07

Certidão nº: 18222038/2021

Expedição: 08/06/2021, às 22:24:58

Validade: 04/12/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ERICA CARLA OLIVEIRA PACHECO**, inscrita no CPF nº 006.595.525-07, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1476/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estas grandezas referem-se a fatos anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se a verificação da autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no âmbito de parcelamentos, recolhimentos previdenciários, e também em acordos de parcelamento de empréstimos ou a recolhimentos determinados em acordos de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.